







os próximos três anos, o Consenso de Brasília será a bússola de 53 países na busca pelo empoderamento das mulheres latino-americanas e caribenhas, especialmente as afro-descendentes e indígenas.

O documento, aprovado na XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe aponta os desafios para se alcançar a igualdade de gênero, com ênfase na autonomia e empoderamento econômico das mulheres e indica a adoção de políticas de promoção dos direitos das mulheres pelos países signatários.

De 13 a 16 de julho, o Brasil foi sede do mais importante encontro multilateral sobre a mulher. Durante esses quatro dias, 900 participantes discutiram o estado, os diferentes modelos e padrões de desenvolvimento e

medidas para alcançar a igualdade de gênero. A Conferência, como órgão subsidiário da Comissão econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) foi co-organizado por esta e pelo governo brasileiro através da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil (SPM).

As medidas sugeridas aos governos no Consenso de Brasília estão detalhadas em oito grandes blocos:

- Conquistar maior autonomia econômica e igualdade na esfera do trabalho para a mulher;
- Fortalecer a cidadania das mulheres;
- Ampliar a participação das mulheres nos processos de tomada de decisões e nas esferas de poder;
- Enfrentar todas as formas de violência contra a mulher;
- Facilitar o acesso das mulheres às novas tecnologias e promover meios de comunicação igualitários, democráticos e não discriminatórios;
- Promover a saúde integral e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres;
- Realizar atividades de capacitação, intercâmbio e difusão que permitam a formulação de políticas baseadas nos dados do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e do Caribe; e,
- Promover a cooperação internacional e regional para a equidade de gênero..

A Conferência é realizada a cada três anos. A XII Conferência será, em 2013, na República Dominicana.

#### **PREPARAÇÃO PARA A XI CONFERÊNCIA**

Nos dias 11 e 12 de julho, 200 mulheres de 30 países da região realizaram o Fórum de Organizações Feministas Latino-americanas e Caribenhas - evento preparatório para a participação da sociedade





civil na XI Conferência. Neste Fórum foi discutida, numa perspectiva feminista, a responsabilidade do Estado na promoção, proteção e defesa da igualdade, e na garantia de direitos a todas e a cada uma das mulheres; e os atuais modelos de desenvolvimento na América Latina e Caribe na promoção da igualdade de gênero.

### *Primeiro dia*

A abertura dos trabalhos da Conferência contou com a participação da ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), Nilcéa Freire, presidenta da mesa diretora da Conferência nesses próximos três anos; da Secretária-Executiva da CEPAL, Alicia Bárcena; do ministro de Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim; da ex-presidenta do Chile, Michelle Bachelet; e da assessora das Nações Unidas para questões de gênero e avanço da mulher, Rachel Mayanja, representando o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon; além de ministras, delegadas e delegados de mais alto nível dos países membros participantes.

Nesse dia, foi divulgado o documento “**QUE TIPO DE ESTADO? QUE TIPO DE IGUALDADE?**”. Uma compilação inédita de dados regionais com as conquistas e os desafios enfrentados pelos governos em matéria de igualdade de gênero.

Encerrando a cerimônia de abertura a cantora brasileira Teresa Lopes homenageou Mercedes Sosa, cantando canções como “Gracias a La Vida” e “Canción con Todos”.

Em seu pronunciamento, a ministra Nilcéa Freire, da SPM, mencionou que o Consenso de Brasília deverá ser uma referência para os chefes dos Estados, que se reunirão na Assembleia Geral da ONU que acontece em setembro, para avaliar o estágio em que cada país se encontra em relação ao alcance dos Objetivos do Milênio. A ministra pontuou os avanços alcançados pelas mulheres nos últimos 15 anos e destacou que, assim como no Brasil, 39 países da região já implantaram algum tipo de mecanismo gestor de políticas para as mulheres.


A ex-presidenta do Chile, Michelle Bachelet, falou dos desafios de ser a primeira presidenta de seu país. Para ela, a igualdade de gênero vem sendo alcançada de forma gradual, Bachelet sugeriu a criação de uma plataforma da igualdade entre homens e mulheres na região.

### **AUMENTA A MISÉRIA ENTRE AS MULHERES DA REGIÃO**

Dentre os dados apresentados no documento “Que tipo de Estado? Que tipo de Igualdade?”, que norteou as discussões, está a taxa de participação econômica das mulheres nas zonas urbanas da América Latina e do Caribe. O índice aumentou de 42% para 52% nos últimos 20 anos. O documento, produzido pela CEPAL, com base em informações prestadas pelos mecanismos de políticas para as mulheres da região, tem um olhar comparativo, envolvendo 44 países. Nele, foi analisado o progresso da igualdade de gênero na região depois de 15 anos da aprovação da Plataforma de Ação de Beijing.







Foram também verificadas as conquistas e os desafios que enfrentam os governos, o mercado, as famílias, e as instituições sociais para a equidade de gênero.

O crescimento da participação econômica feminina vem acompanhado por um contínuo incremento do nível educacional das mulheres, mas esse resultado não acarreta aumento na renda ou na qualidade do emprego ao qual as mulheres têm acesso. Em todos os países foi constatado que um maior nível educativo não se reflete em redução das brechas salariais. As mulheres com menor educação recebem o equivalente a 68% da renda masculina, enquanto a relação de renda das mulheres com maior nível educativo (de 13 anos ou mais) é de apenas 69%.

Outro dado alarmante apresentado pelo estudo é o aumento em 12 pontos percentuais do número de mulheres pobres na região, apesar do crescimento de sua participação econômica. Considerando um indicador de paridade, em 1990, eram 118 mulheres indigentes para cada 100 homens na mesma situação. Em 2008, o número de mulheres indigentes saltou para 130, para cada 100 homens indigentes. Apesar de a porcentagem de mulheres que não dispõem de renda própria ter reduzido em 11 pontos percentuais entre 1994 e 2008, a proporção de mulheres que não podem se sustentar economicamente ainda é grande, contabilizando um pouco mais de um terço do total de mulheres nas zonas urbanas e cerca de 44% nas rurais, na Região. A maioria não tem acesso a recursos monetários, porque tem como atividade principal os afazeres domésticos e os cuidados da casa. No entanto, a porcentagem de homens na mesma situação está em torno a 10%.

#### ALERTA DA CEPAL

De acordo com Alicia Bárcena, Secretária Executiva da CEPAL, “não será possível conseguir igualdade no mundo do trabalho para as mulheres enquanto não for resolvida a carga de trabalho não remunerado e os cuidados que recaem historicamente sobre elas”. Dados mostram que 31,6% das mulheres de 15 anos ou mais na região não tem renda própria, enquanto que somente 10,4% dos homens estão nessa condição. As mulheres também superam os homens em termos de desemprego (8,3% contra 5,7%). “As mulheres continuam tendo maior representação em ocupações com menor nível de remuneração e em atividades sem vínculo empregatício”, analisa.

**“não será possível conseguir  
igualdade no mundo  
do trabalho para as mulheres  
enquanto não for resolvida a  
carga de trabalho não  
remunerado e os cuidados  
que recaem historicamente  
sobre elas”**





O caminho para esta igualdade a partir de três eixos principais:

- Um Estado que garanta a titularidade de direitos
- Igualdade no espaço público e privado
- Redistribuição da carga de trabalho total

Estes eixos apresentados no primeiro dia da Conferência são os pilares para a autonomia financeira, psicossocial e física das mulheres. Mas para conquistá-los são necessárias políticas públicas que reformulem os vínculos entre três instituições fundamentais da sociedade: Estado, famílias e mercado, para articular um novo pacto social de redistribuição do trabalho total entre homens e mulheres, a fim de facilitar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho como parte de seus direitos humanos.

A coordenadora nacional do Solidariedade com as Mulheres Haitianas (Sofa), Lise Marie Dejean destacou a diferença entre os gêneros no mercado de trabalho, a discriminação e o abuso sexual, que seguem sendo uma constante na região. A haitiana criticou os baixos níveis de participação das mulheres nos governos, em especial as mulheres negras e indígenas.



## *Segundo dia*

Nesse dia, foram realizados quatro painéis com temas sobre igualdade de gênero na economia; políticas de desenvolvimento e tempo das mulheres; empoderamento econômico das mulheres; reflexos da crise econômica mundial e precarização do emprego feminino. No primeiro painel "Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos sócio culturais para a igualdade de gênero na economia" foi analisado o emprego e os reflexos da crise global para as mulheres da região. O uso do tempo na execução das atividades domésticas diárias, um dos gargalos para a qualificação da mulher por causa da sobrecarga da jornada de trabalho remunerado e não remunerado, foi um dos temas em destaque. O Programa Pró-Equidade de Gênero, desenvolvido no Brasil, foi citado por levar propostas de equidade de gênero para a iniciativa privada.

Um ícone da economia brasileira, a professora Maria da Conceição Tavares, abordou o desempenho da mulher na região após a crise financeira global que abalou o mundo em 2008. Segundo ela, os países da América Latina estão passando pela crise em melhores condições do que outros da Europa, graças à adoção de políticas de distribuição de renda, que começam pelas classes mais pobres e incluem a mulher no centro dessas ações.

A coordenadora do Enlace Continental de Mulheres Indígenas do Peru, Tarcila Rivera Zea, pediu medidas urgentes para acabar com a semi-escravidão em que vivem algumas mulheres, homens e crianças nas regiões andina e amazônica do Peru. O desafio de superar a precariedade do emprego entre as mulheres também alavancou as discussões, embasadas por fatos como a mudança na





composição da família, aumento na escolarização das mulheres e elevação da taxa de participação econômica da mulher nas áreas urbanas.

### **LULA RECEBE MULHERES DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE**


No final do dia, o presidente da República Lula recebeu ministras e chefes de delegações de mais de 40 países da América Latina e do Caribe, que participam da XI Conferência. A visita foi coordenada pela ministra Nilcéa Freire. Também estavam na reunião, a secretária-executiva da CEPAL, Alicia Bárcena, a oficial a cargo da Divisão de Assuntos de Gênero da Comissão, Sônia Montañó, além da economista Maria Conceição Tavares e representantes de outras agências do Sistema ONU.

A ministra da SPM apresentou o grupo ao presidente Lula, esclareceu os objetivos da XI Conferência e destacou a importância do Consenso de Brasília.

A secretária-executiva da CEPAL elogiou as iniciativas do governo brasileiro e declarou que as políticas públicas adotadas pelo Brasil são um exemplo para toda a América Latina e Caribe na questão da igualdade de gênero. Alicia Bárcena entregou ao presidente o documento “Que estado, para que igualdade?”, que examina as conquistas e os desafios que os governos da região enfrentam em matéria de igualdade de gênero, “este documento se constitui em um seguimento da proposta “A hora da







igualdade. Brechas por fechar e caminhos para abrir”, que apresentamos recentemente também em Brasília. O Brasil abre caminhos, nos inspira com sua liderança e estabelece rumos para a região”. O documento contém enfoque integral de desenvolvimento, centrado na igualdade que a CEPAL propôs aos países da América Latina e do Caribe, durante o 33º. período de sessões.

O presidente Lula afirmou que é muito importante o intercâmbio de experiências bem sucedidas com outros países. Para ele, conferências como a da CEPAL deve acontecer com maior frequência para permitir esta troca de informações. O presidente solicitou à CEPAL que organize uma sessão especial prévia à Reunião Plenária de Alto Nível sobre os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro. O objetivo é fazer uma análise com a perspectiva de gênero do progresso da matéria.

Na sua fala, destacou como uma ação de extrema importância para o bem estar social, a aprovação da Lei Maria da Penha: “Maria da Penha é um símbolo para nós. A legislação é importante porque restabelece a dignidade da pessoa humana, além de estimular as mulheres a enfrentar o problema da violência doméstica”. Citou os programas Minha Casa, Minha Vida, Territórios da Cidadania e o Pró-jovem como experiências exitosas no país. E lembrou que dentro de programas como Minha Casa, Minha Vida, Territórios da Cidadania e Bolsa Família, a titularidade do benefício é sempre da mulher, já que segundo ele, “a mulher sabe cuidar melhor do que o homem”.

### **ISTO É BRASIL**

À noite a anfitriã do encontro, Nilcéa Freire, ofereceu o espetáculo ‘Isto é Brasil’, com o consagrado dançarino Carlinhos de Jesus e sua companhia de dança a todas as participantes da Conferência. Ele mostrou um pouco da cultura e da história do Brasil em seu show. A apresentação mostrou ao público manifestações culturais variadas que foram do samba à lambada, passando pela gafeira, forró e frevo.

### *Terceiro dia*

Os trabalhos foram marcados por sessões especiais com temas como: o empoderamento econômico das mulheres, os grupos mais vulneráveis; e o empoderamento da mulher do campo.

O papel das mulheres na reconstrução do Haiti e do Chile, após os terremotos, mereceu destaque. Nessa sessão foi feita uma análise sobre como reconstruir essas nações com igualdade. Entre as sugestões, está a criação de uma comissão provisória de reconstrução, que ajudará na distribuição dos recursos para assegurar que as demandas das mulheres sejam atendidas e para que elas participem ativamente de todo o processo.

Três atividades paralelas também foram realizadas. Uma sobre a fiscalidade e equidade de gênero; outra sobre a construção do ISO-Quito; e a terceira sobre a cobertura universal da saúde para a mulher. As delegadas chegaram ao consenso de que o gênero deve ser tratado juntamente com raça e etnia e que os direitos das mulheres devem passar pela autonomia econômica, pela democratização da terra e pela defesa dos territórios indígenas e afro-descendentes.

### O EMPODERAMENTO DA MULHER DO CAMPO

O trabalho voltado para a mulher do campo, realizado pelo governo brasileiro, foi destacado neste penúltimo dia de trabalho. Por meio do fomento à produção e à comercialização, mais de 22,5 mil mulheres, em mais de 300 municípios, foram atendidas. As mulheres também ganham crédito especial do Programa Nacional de Agricultura Familiar, o Pronaf Mulher.

A saúde da mulher foi um dos assuntos debatidos e motivo de preocupação. Dados comprovam que a mulher vive mais do que o homem, mas adocece mais. Entre os fatores que fazem com que a mulher adoça mais está a alta carga horária de trabalho diário à qual elas são submetidas, considerando trabalho remunerado e não remunerado. Outro problema é o custo desta longevidade feminina. E em alguns países, como o Chile, os seguros privados de saúde cobram três vezes mais das mulheres para que elas tenham assistência médica.

Na última sessão especial do dia, representantes de órgãos do alto escalão dos governos de sete países (El Salvador, Espanha, Brasil, México, Jamaica, Santa Lúcia e Costa Rica) debateram as experiências e sugestões para alcançar a igualdade de gênero.

### *Último dia*

Na sessão de encerramento, foi lido o Consenso de Brasília, documento que servirá de bússola para orientar as ações dos governos nos próximos três anos e ficou decidido que a XII Conferência será realizada na República Dominicana, em 2013. Na sessão de encerramento da XI Conferência, a anfitriã do evento ministra Nilcéa Freire agradeceu à secretária-executiva da CEPAL, Alicia Bárcena, pela parceria na realização do evento.

**acesse aqui**



NAÇÕES UNIDAS



Secretaria de Políticas  
para as Mulheres

### Núcleo de Comunicação

**Coordenação:** Gabriela do Vale  
nº 2488 JPDF (SPM)

**Assistente:** Gabriela Almeida (SPM)

**Equipe de jornalismo/redação:**

Denise Griesinger (jornalista)

Rejane Silva (jornalista)

Sirlene Rodrigues (jornalista)

**Fotografia:**

Alberto Ruy

Felipe Bryan

Rayssa Ashkar Petrilo de Melo Coe

**Programação visual e direção de arte:**

Aldo Ricchiero

**Animação, modelagem 3D e edição:**

Felipe Vogel

**Assistente de edição:** Hermes Pena